

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.089 - MG (2019/0037632-3)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : GILSON FERREIRA DE AGUIAR (PRESO)**  
**ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE SOUZA MACHADO - MG177478N**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de RECURSO EM HABEAS CORPUS, com pedido de liminar, no qual se pretende, em síntese, concessão de ordem, de forma imediata, para a revogação de decisão cautelar em desfavor de GILSON FERREIRA DE AGUIAR, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.18.110316-9/000).

Nesta via, o impetrante alega a ocorrência de constrangimento ilegal na manutenção da custódia provisória, haja vista a ausência de fundamentação idônea na decretação da segregação cautelar, consoante disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, tem bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer o provimento do reclamo para que seja revogada a prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, das condutas imputadas a GILSON FERREIRA DE AGUIAR, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado:

*“Na oportunidade, o douto Julgador apontou a presença da materialidade delitiva e dos indícios suficientes de autoria, bem ainda destacou a necessidade da medida constritiva para a garantia da ordem pública, notadamente em face da gravidade in concreto do delito, evidenciada pelas circunstâncias da prisão.*

*No caso, após ser abordado na companhia de um menor e tentar ludibriar os militares sobre o seu endereço, logrou-se, com o auxílio de informações prestadas pela amásia do paciente, encontrar no interior de sua residência considerável quantidade de droga de natureza altamente lesiva (64 pedras, totalizando 15g - fl. 30-v),*

*além de determinada quantia em dinheiro e dois rádios comunicadores, possivelmente utilizados para a comunicação com terceiros visando o sucesso da empreitada criminosa.*

*Realmente, o cenário fático narrado nos autos indica um envolvimento mais profundo do paciente com a mercancia ilícita. De fato, as particularidades do caso em análise denotam traços de habitualidade, inclusive com possível cooptação de inimputável, o que, por certo, evidencia a efetiva periculosidade social do paciente e, por consequência, o risco que sua liberdade representa à coletividade, justificando-se, pois, a imposição da medida extrema.*

*Nessa toada, resta patente o periculum libertatis, não havendo se falar em coação ilegal, mormente quando demonstrado, com base em dados reais, que a medida constritiva se revela necessária para o devido acautelamento da ordem pública, notadamente em face da potencialidade do delito." (e-STJ, fl. 104)*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estariam sendo vítimas a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional de GILSON FERREIRA DE AGUIAR.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI  
Relator

